

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Concluímos o ano de 2022 consolidando importantes resultados na LOC Frotas. Destacamos a disciplina de todo o nosso time, na execução do planejamento estratégico da Companhia. Tal disciplina nos conduziu à relevantes marcas. Superamos o patamar de R\$ 70 Milhões de Receita Bruta, expandindo em mais de 400% *versus* 2021. Nossa frota cresceu mais de 56% ano chegando a mais de 1.900 equipamentos. Como resultado da estratégia da expansão de frota, crescemos a base de clientes em mais de 75% *vis a vis* 2021. O valor de frota ultrapassou R\$ 275 Milhões, reforçando a estratégia de compra em equipamentos com maior valor agregado.

Consolidamos nossa atuação na nossa Filial em Paraupabas no Estado do Pará, nos posicionando de forma relevante em uma localização promissora no curto, médio e longo prazo. Com o aumento da base de clientes, avançamos também na expansão da cobertura geográfica. Estamos presentes em 15 estados do país, confirmando nossa estratégia de nos tornar uma plataforma de mobilidade completa para nossos clientes. Os setores de atuação confirmam nossa exposição em segmentos estruturalmente fortes da economia, com grandes clientes no mercado de construção pesada, mineração, agronegócio e energia.

Avançamos na estratégia de pulverização de clientes, diversificando nossa receita para não haver dependência de um único player ou um único segmento. Com um modelo de negócio resiliente e gestão apurada no processo de recebimento e cobrança reduzimos o índice de inadimplência para abaixo de 2% no ano de 2022. Adicionalmente, aumentamos o backlog com contratos de locação de longo prazo, favorecendo a previsibilidade do fluxo de caixa da companhia.

Ratificando a estratégia de geração de valor no longo prazo, nossa capacidade de geração de caixa foi um dos grandes destaques do ano de 2022. Fechamos o ciclo com EBITDA de R\$ 54 Milhões, expandindo em mais de 400% em comparação com o ano de 2021. A Margem EBITDA fechou em 79%, reforçando nosso modelo de negócio eficiente e competitivo.

Continuamos nosso investimento em tecnologia para análise de dados, oferecendo ao cliente um atendimento focado em resultados, agregando valor em um mercado altamente “comoditizado”.

Em 2022 realizamos com sucesso, nossa estreia no mercado de capitais com a emissão da primeira debenture pública da LOC Frotas, via Instrução CVM 476. Já está prevista no Planejamento Estratégico de médio e longo prazo outras emissões de debentures, com condições de financiamento atrativas e adequados a rentabilidade da operação e *spread* de aquisição de novos equipamentos.

Com crescimento expressivo em 2022, o índice de alavancagem segue em linha com a lógica de crescimento da LOC Frotas. Fechamos o ciclo com o índice Dívida Líquida/EBITDA em 3,48x, corroborando a estratégia de crescimento elevado com responsabilidade nos *covenants* e perfil de dívida saudável frente ao caixa da Companhia.

Avançamos também no tema governança corporativa com a criação do Conselho de Administração da LOC Frotas com conselheiros independentes, seguindo as melhores práticas do Instituto Brasileira de Governança Corporativa.

Em 2022, investimos em projetos sociais relevantes com alto impacto em regiões de extrema vulnerabilidade. Colocamos nossa frota a disposição para ecoar mais de 20 toneladas de cestas básicas em regiões com os menores IDH do Estado de Minas Gerais.

Por fim, é importante ressaltar que os resultados alcançados em 2022, no segundo ano da Companhia, estão amparados em um vigoroso planejamento financeiro, tributário e estratégico. Com foco em resultado, geração de valor no longo prazo e investimento forte em governança, encerramos mais um ano como um dos grandes destaques do segmento.

Agradecemos a confiança dos nossos clientes, fornecedores, investidores e colaboradores ao longo de 2022.

Entramos em 2023, com o mesmo nível de comprometimento para execução do nosso plano estratégico. Para esse próximo ciclo, temos excelentes perspectivas de crescimento e consolidação, com base em um mercado com fundamentos muito sólidos e o início da operação de seminovos com maior robustez. Com isso, a dinâmica do fluxo de caixa da companhia seguirá com a agenda de geração de valor e maximização dos resultados.

Seguimos comprometidos com nosso propósito em ser o melhor parceiro dos nossos clientes em locação de equipamentos, oferecendo um atendimento de excelência, inovação e confiança.

A Diretoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
Loc Frotas Locações S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Loc Frotas Locações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Loc Frotas Locações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Emissão de Debêntures Simples

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa apresenta em seu balanço patrimonial, obrigações com Debêntures Simples no montante de R\$ 20.000.000 conforme divulgação na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis. As Debêntures simples possuem garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Alienação Fiduciária de Imóvel, Alienação Fiduciária de Automóveis tendo em vista a fiança prestada pelos fiadores. As Debêntures Simples serão depositadas para: (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

- Debêntures Simples – 1ª e 2ª emissão;

São Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos, da LOC Frotas Locações S.A., emitidas em 15/08/2022 subscritas e integralizadas, à vista a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta pelo seu valor nominal unitário, de R\$ 1.000 (um mil reais), acrescido da remuneração das debêntures correspondente, calculada pro *rata temporis* desde a Data de Início de Rentabilidade até a respectiva e efetiva Data de Integralização, no importe total de R\$ 35.000.0000 (trinta e cinco milhões de reais) e possui prazo de vencimento até 15 de agosto de 2026.

Por se tratar de uma obrigação relevante para a Empresa e sujeita a fatores externos para cumprimento das garantias atreladas as debêntures simples, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, o entendimento dos controles internos relevantes relacionados ao monitoramento das garantias vinculadas as Debêntures de simples emissão, as obrigações adicionais da emitente e dos fiadores bem como a revisão dos procedimentos abaixo:

- Autorizações e registros realizados nos órgãos oficiais controladores (B3 e VÓRTX Distribuidora);
- Efetuamos procedimento de circularização com o Agente Fiduciário VORTX Distribuidora de títulos e valores mobiliários Ltda.;
- Atas das assembleias gerais respectivas onde são autorizados os processos (pelas publicações e/ou pelos registros de atas);
- Autorização de emissão, pela diretoria, para efeitos de controles internos;
- Nomeação de agentes oficiais e/ou especializados, identificando-os;
- Cumprimento de obrigações não pecuniárias;
- Avaliação da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Como resultado desses procedimentos, consideramos que os controles internos utilizados pela Administração para monitoramento e cumprimento das garantias e obrigações vinculadas as Debêntures, são razoáveis e as divulgações estão consistentes com dados e informações obtidos ao longo de nossos trabalho.

Ênfase

Transações significativas com partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 14 considerando que a LOC Frotas Locações S.A. realiza transações significativas com partes relacionadas. Dessa forma, os resultados dessas operações poderiam ser diferentes se realizadas em condições de mercado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Reapresentação de informações nas demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.4, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 da LOC Frotas foram alteradas em relação àquelas apresentadas anteriormente, inclusive seus valores correspondentes. A reapresentação das demonstrações contábeis foi efetuada para apresentar de forma adequada as informações contábeis. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 MG 009485/F-0



Paulo Eduardo Santos
Contador CRC 1 MG 078750/O-3

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido negativo			
	Nota explicativa	2022	2021 (Reapresentado)		Nota explicativa	2022	2021 (Reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.319.055	33.893.548	Empréstimos, financiamentos e títulos de dívida	10	59.698.295	58.103.697
Contas a receber	6	13.156.802	3.807.593	Fornecedores	-	1.545.134	5.094.852
Impostos a recuperar	7	1.642.952	398.346	Obrigações sociais e trabalhistas	11	187.717	52.129
Ativos destinados a venda	8	585.445	-	Obrigações tributárias	12	1.839.147	12.100
Outros ativos circulantes	-	104.245	412.582	Adiantamentos de clientes	-	1.237.761	12.238
		30.808.499	38.512.069	Arrendamentos	-	185.528	177.057
				Outras contas a pagar	-	409.494	-
						65.103.076	63.452.073
Não circulante				Não circulante			
Investimentos	-	40.342	1.170	Empréstimos, financiamentos e títulos de dívida	10	149.046.331	82.910.848
Imobilizado	9	247.791.090	145.573.180	Arrendamentos	-	183.600	113.424
		247.831.432	145.574.350	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	13.102.834	-
				Partes relacionadas	14	3.358.112	44.267.113
						165.690.877	127.291.385
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16.a)	36.464.000	1.464.000
				Reserva de lucros	-	11.381.978	-
				Prejuízos acumulados	-	-	(8.121.039)
						47.845.978	(6.657.039)
Total do ativo		278.639.931	184.086.419	Total do passivo e patrimônio líquido negativo		278.639.931	184.086.419

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida	17	68.454.528	19.200.017
Custos dos serviços prestados e venda da frota	18	(13.328.002)	(18.378.221)
Lucro bruto/ (Prejuízo)		55.126.526	821.796
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas com pessoal	19	(1.397.220)	(330.814)
Despesas administrativas e gerais	20	(6.635.903)	(3.937.611)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	-	4.449.068	202.793
		(3.584.055)	(4.065.632)
Resultado operacional antes das despesas financeiras		51.542.471	(3.243.836)
Receitas financeiras	21	2.125.131	1.952.048
Despesas financeiras	21	(21.061.751)	(6.795.141)
Resultado financeiro líquido		(18.936.620)	(4.843.093)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Diferido	22	(13.102.834)	-
		(13.102.834)	-
Resultado do exercício		19.503.017	(8.086.929)
Lucros (Prejuízos) do exercício por ação (Em R\$)		0,53	(5,52)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)

	2022	2021
Resultado do exercício	19.503.017	(8.086.929)
Resultado abrangente total do exercício	19.503.017	(8.086.929)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido negativo (Valores expressos em Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros líquidos / (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
Integralização de capital	1.464.000	-	-	-	1.464.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(34.110)	(34.110)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.464.000	-	-	(34.110)	1.429.890
Prejuízo do exercício	-	-	-	(8.086.929)	(8.086.929)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.464.000	-	-	(8.121.039)	(6.657.039)
Integralização de capital social	35.000.000	-	-	-	35.000.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	19.503.017	19.503.017
Destinações:					
Constituição da reserva legal	-	569.099	-	(569.099)	-
Constituição de reserva para retenção de lucros	-	-	10.812.879	(10.812.879)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	36.464.000	569.099	10.812.879	-	47.845.978

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)

	2022	2021
Resultado do exercício	19.503.017	(8.086.929)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação do ativo imobilizado	5.972.141	14.460.909
Baixas do ativo imobilizado	4.117.262	117.952
Amortizações de direito de uso	184.615	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.102.834	-
(Reversão)/constituição de provisão para perdas com contas a receber	472.505	-
	43.352.374	6.491.932
Aumento líquido/(diminuição) nos ativos		
Contas a receber	(9.821.714)	(3.781.163)
Impostos a recuperar	(1.244.606)	(398.346)
Estoque de veículos para venda	(585.445)	-
Outros ativos circulantes e não circulantes	308.337	(412.583)
	(11.343.428)	(4.592.092)
Aumento líquido/(diminuição) nos passivos		
Fornecedores	(3.549.718)	(1.592.976)
Obrigações sociais e trabalhistas	135.588	49.520
Obrigações tributárias	1.827.047	(19.794)
Adiantamentos de clientes	1.225.523	11.004
Outras contas a pagar	409.494	-
	47.934	(1.552.246)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	32.056.880	347.594
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de investimentos	(39.172)	(1.170)
Aquisições de bens para o imobilizado	(112.239.597)	(138.021.925)
Arrendamentos direito de uso	(190.466)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	(112.469.235)	(138.023.095)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Recebimentos (pagamentos) de partes relacionadas, líquidos	(5.909.001)	(4.134.998)
Juros sobre arrendamento - direito de uso	16.782	-
Aumento/(redução) em empréstimos e financiamentos, líquidos	67.730.081	124.178.141
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamentos	61.837.862	120.043.143
(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(18.574.493)	(17.632.358)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.893.548	51.525.906
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15.319.055	33.893.548
(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(18.574.493)	(17.632.358)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Loc Frotas Locações S.A. (“Companhia”) ou (“Loc Frotas”) iniciou suas atividades em 26 de junho de 2020 é uma sociedade anônima de capital fechado, com Sede na Cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, e o seu objeto social é a locação de automóvel sem condutor. A Companhia possui uma filial denominada Filial Parauapebas com Sede no Município de Parauapebas/PA.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº4.

2.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

(a) Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato
(Alterações à IAS 37/CPC 25)

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

(b) Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado

Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado.

(c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020

Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo.

(d) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15

Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado outra forma.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro, líquido".

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificados como mensuradas ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, por exemplo, os investimentos em ações classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, estão incluídas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Reapresentação das demonstrações contábeis comparativas

Adicionalmente as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, foram alteradas em relação a aquelas apresentadas anteriormente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Diretoria da Companhia adequou a sua política contábil de registro dos arrendamentos e direito de uso, de forma a alinhar com as práticas de mercado. Desta forma, os valores de exercícios anteriores estão sendo reapresentados para melhor comparabilidade das informações, conforme demonstrado abaixo:

Balanços patrimoniais

Ativo

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
	2021		2021
Circulante	38.512.069	-	38.512.069
Não circulante	145.283.869	(290.481)	145.574.350
Imobilizado	145.283.869	(290.481)	145.574.350
Total do ativo	183.795.938	(290.481)	184.086.419

Passivo e patrimônio líquido

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
	2021		2021
Circulante	63.275.016	177.057	63.452.073
Arrendamentos	63.275.016	177.057	63.452.073
Não circulante	127.177.961	113.424	127.291.385
Arrendamentos	127.177.961	113.424	127.291.385
Patrimônio líquido	(6.657.039)	-	(6.657.039)
Total do passivo e do patrimônio líquido	183.795.938	290.481	184.086.419

3. Principais práticas contábeis adotadas

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações em instrumentos financeiros inclusive derivativos são registradas: (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para a venda; (ii) pelo valor de custo de aquisição ou de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso de aplicações serem mantidas até o vencimento.

3.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). Uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

3.3 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Diretoria.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais, a vida útil às taxas informadas na Nota Explicativa nº 9, e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

3.4 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor contábil do ativo quando exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço.

3.5 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um período de tempo, em troca de contraprestação.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do contrato. Pagamentos estes que incluem os pagamentos fixos menos quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do contrato, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo, uma alteração nos pagamentos (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento para os contratos de curto prazo (ou seja, aqueles cujo prazo de vigência seja igual ou inferior a 12 meses, a partir da data de início, e que não contenham opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa, pelo método linear, ao longo do prazo do contrato.

3.6 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável necessariamente demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos. São capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.7 Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-la é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluindo na mesma classe de obrigação seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para Contingências

As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de risco de perda efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia nos processos judiciais pendentes na data do balanço.

3.9 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

a. Venda de serviços

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável; (ii) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade; (iii) o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável e (iv) os custos incorridos para a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados de forma confiável.

b. Venda da frota

A receita líquida da venda da frota, atividade acessória e complementar da atividade de serviços prestados, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas.

c. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva.

3.10 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa ou crédito com Imposto de Renda e Contribuição Social representa no resultado da Companhia a soma dos impostos correntes e diferidos (quando existentes).

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social corrente está baseada no Lucro tributável do exercício. O Lucro tributável difere do Lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. As alíquotas aplicáveis ao Lucro tributável são de 25% para o Imposto de Renda (IR) e de 9,0% para a Contribuição Social (CS).

3.11 Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar o melhor julgamento possível para determinar, através de estimativas, critérios e valores para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos imóveis para auferir aluguel ou para valorização do capital, à seleção das vidas úteis e avaliação de valores recuperáveis do ativo imobilizado, valores de mercado de estoques, avaliação de passivos contingentes e para impostos incidentes sobre operações e os lucros, provisões necessárias para redução de ativos e passivos aos valores de efetiva realização e outras similares. A liquidação de transações envolvendo estas estimativas poderá apresentar variações em relação aos valores estimados.

3.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Neste caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem as interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço se houver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

3.13 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2022

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- (a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023;
- (b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023;
- (c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023;
- (d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 – trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- (e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26:
 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;

- Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024;
- Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração efetue julgamentos, elabore estimativas e adote premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como de receitas, custos e despesas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras. Estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na:

- (i) contabilização da provisão para perdas ao valor recuperável das contas a receber de clientes (provisão para créditos de liquidação duvidosa/perdas esperadas (Nota Explicativa nº 6);

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado (Nota Explicativa nº 9);
- (iii) mensuração do passivo de arrendamento;
- (iv) contabilização do imposto de renda e contribuição social diferido (Nota Explicativa nº 22); e
- (v) mensuração das provisões para riscos (Nota Explicativa nº 24).

A Companhia revisa suas estimativas e premissas sempre que necessário, de modo a refletir alterações que venham a ocorrer durante o período, as quais são reconhecidas no período em que ocorrem, ou seja, dentro de seu período de competência.

5. Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2022	2021
Caixa	500	-
Contas correntes bancárias	3.762.779	2.105.026
Aplicações financeiras	11.555.776	31.788.522
	<u>15.319.055</u>	<u>33.893.548</u>

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e, de acordo com os contratos firmados pela Companhia e pelos bancos, essas aplicações podem ser resgatadas em prazo inferior a 90 dias, sem perda dos rendimentos, dessa forma, foram consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Contas a receber

O saldo de contas a receber de clientes é oriundo de operações de terceirização de frota, conforme demonstrados nas datas dos balanços:

	2022	2021
Clientes - Partes relacionadas (i)	-	513.907
Clientes - Nacionais	13.629.307	3.293.686
(-) PECLD	(472.505)	-
	<u>13.156.802</u>	<u>3.807.593</u>

- (i) As operações a receber a Localix Serviços Ambientais Ltda. referem-se a operações normais de terceirização de frota e foram realizadas nos mesmos parâmetros aplicáveis nas operações com terceiros.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia registra, após análise individualizada de contas a receber de clientes, a provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em valor considerado suficiente pela Diretoria para cobrir perdas prováveis conforme apresentado abaixo:

	2022	2021
A vencer	9.824.328	-
Vencidos até 30 dias	1.727.472	2.677.007
Vencidos de 31 a 180 dias	1.106.971	1.013.089
Vencidos há mais de 180 dias	970.536	117.497
	<u>13.629.307</u>	<u>3.807.593</u>

7. Impostos a recuperar

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2022	2021
COFINS a compensar	1.016.335	100.644
IRRF sobre aplicações financeiras	385.465	258.278
PIS a compensar	224.334	22.606
Outros impostos a recuperar	16.818	16.818
	<u>1.642.952</u>	<u>398.346</u>

8. Ativos destinados a venda

Em 31 de dezembro, o estoque de veículos para venda possui a seguinte composição:

	2022	2021
Estoque de veículos para venda	585.445	-
	<u>585.445</u>	<u>-</u>

Nessa rubrica estão classificados bens que estavam contabilizados no ativo imobilizado e que, em decorrência da sua substituição, estão disponíveis para venda imediata. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante. Uma vez classificados como ativo imobilizado disponibilizados para venda, os ativos deixam de ser depreciados. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado é demonstrada como segue:

Custo ou avaliação	Veículos (a)	Máquinas e equipamentos	Instalações/Móveis e utensílios	Equipamentos p/ processamento de dados	Direito de uso de arrendamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17.722.235	4.115.000	-	2.400	-	21.839.635
Adição	137.305.727	605.069	75.587	35.542	398.695	138.420.620
Depreciação	(13.424.205)	(1.027.274)	(5.513)	(3.917)	(108.214)	(14.569.123)
Baixas	(117.952)	-	-	-	-	(117.952)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	141.485.805	3.692.795	70.074	34.025	290.481	145.573.180
Custo total	154.915.838	4.720.069	75.587	37.942	398.695	160.148.131
Depreciação acumulada	(13.430.033)	(1.027.274)	(5.513)	(3.917)	(108.214)	(14.574.951)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	141.485.805	3.692.795	70.074	34.025	290.481	145.573.180
Adição	106.388.779	5.749.500	21.095	80.223	252.331	112.491.928
Depreciação	(3.997.431)	(1.950.277)	(7.970)	(16.463)	(184.615)	(6.156.756)
Baixas	(4.117.262)	-	-	-	-	(4.117.262)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	239.759.891	7.492.018	83.199	97.785	358.197	247.791.090
Custo total	256.090.539	10.469.569	96.681	118.165	651.026	267.425.980
Depreciação acumulada	(16.330.648)	(2.977.551)	(13.482)	(20.380)	(292.829)	(19.634.890)
Valor contábil	239.759.891	7.492.018	83.199	97.785	358.197	247.791.090
Taxa de depreciação	6%	10%	10% - 20%	20%		

(a) A Companhia possui financiamentos contratados junto a instituições financeiras na modalidade Finame e CDC e os respectivos veículos são dados em garantia através de alienação fiduciária.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de “Empréstimos, financiamentos e títulos de dívida” é apresentada como se segue:

	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa de juros (% a.a.)</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Capital de giro</u>				
Banco Itaú	nov/24	12,56%	3.084.297	4.492.465
Banco Safra	jun/24	10,15% - 10,67%	1.407.274	2.455.376
			<u>4.491.571</u>	<u>6.947.841</u>
<u>Aquisição de ativo</u>				
Banco Volkswagen S/A	ago/24 - mai/27	9,90% - 19,42%	49.978.041	34.621.389
Banco Mercedes Benz	set/26 - dez/27	14,70% - 17,45% / SELIC + 2,4% - SELIC + 3,6%	23.112.903	1.833.565
Banco do Brasil	nov/24 - jun/25	16,35% / CDI + 4,6%	19.955.137	24.724.779
Banco BDMG	nov/24 - mai/27	11,74% - 17,02% / IPCA + 4,94%	15.559.989	9.430.395
Banco Sicoob	abr/24 - nov/25	8,86% - 21,41% / CDI + 9,38%	12.020.607	13.613.264
Banco Rodobens	jul/24 - jul/25	11,05% - 17,68%	10.430.669	2.755.583
Banco Bradesco S/A	mai/24 - jun/27	8,86% - 17,45%	7.700.925	7.595.591
Banco Santander	jul/24 - nov/26	8,73% - 15,93%	7.696.137	10.689.901
Banco Toyota	mar/24 - dez/25	9,77% - 18,01%	7.635.392	5.316.651
Banco ABC Brasil	set/24 - out/24	13,62% - 14,02% / CDI + 7,31%	7.427.285	6.380.773
Banco Safra	fev/24 - jun/24	10,70% / 199% CDI	4.572.967	7.519.380
Banco Daycoval	fev/25	17,77%	3.229.729	-
Banco BS2	ago/26 - out/26	CDI + 8,08%	3.143.684	-
Banco Alfa	set/24	12,09%	1.265.194	1.884.063
Banco Itaú	mar/24 - fev/26	9,25% - 10,09%	1.539.002	1.699.109
Banco CNH	fev/25 - mar/25	8,91%	728.403	1.017.691
Banco Jeep	jan/25	14,30%	-	829.219
			<u>175.996.064</u>	<u>129.911.353</u>
			<u>180.487.635</u>	<u>136.859.194</u>
<u>Títulos de dívida</u>				
1ª emissão - Série 1 (a)	ago/26	CDI + 5,23%	20.156.571	-
			<u>20.156.571</u>	<u>-</u>
(-) Custos com emissão de debêntures			(1.603.376)	-
			<u>(1.603.376)</u>	<u>-</u>
Gaspan - Consórcios	nov/23		9.703.796	4.155.351
			<u>208.744.626</u>	<u>141.014.545</u>
Circulante			59.698.295	58.103.697
Não circulante			149.046.331	82.910.848

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a Companhia emitiu em 15 de agosto de 2022, suas 1ª (primeiras) Debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos da LOC Frotas Locações S.A, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

As Debêntures foram emitidas sob a forma exclusivamente escritural, sendo o serviço de escrituração prestado, pela Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. As Debêntures foram depositadas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente através da B3; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. O título de dívida como segue:

Emissão	Data de Emissão	Data de vencimento	Taxa de juros (a.a.)	Valor emitido
1ª emissão	15/08/2022	15/08/2026	CDI + 5,23%	20.000.000

Apresentamos abaixo os índices financeiros de covenants referente a debêntures emitidas e integralizada pela Companhia.

Ano	Índice	Limites	Índice apurado na data
31/12/2022	Dívida Bancária Líquida/ EBITDA	Inferior que 3,5x	3,48

11. Obrigações sociais e trabalhistas

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2022	2021
Salários a pagar	62.474	22.936
Provisão de férias e encargos	68.370	16.686
INSS a recolher	49.557	10.251
FGTS a recolher	7.316	2.256
	<u>187.717</u>	<u>52.129</u>

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Obrigações tributárias

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2022	2021
COFINS a recolher	1.494.784	1.876
PIS a recolher	318.988	485
ISSQN retido a recolher	10.687	3.192
PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	7.442	3.223
Imposto de renda retido a recolher	5.530	2.004
INSS retido a recolher	1.716	1.320
	<u>1.839.147</u>	<u>12.100</u>

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Assim demonstrados nas datas dos balanços:

	2022	2021
IRPJ Diferido	9.634.437	-
CSLL Diferido	3.468.397	-
	<u>13.102.834</u>	<u>-</u>

14. Partes relacionadas

Os saldos da Rubrica “Partes relacionadas” estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	2022	2021
Localix Serviços Ambientais Ltda.	3.358.112	44.267.113
	<u>3.358.112</u>	<u>44.267.113</u>

15. Provisão para contingências

Com base na opinião de seus advogados, a Companhia não possui processos cuja possibilidade de perda foi considerada provável ou possível. A Diretoria da Companhia revisa as contingências cíveis, trabalhistas e tributárias quando existentes, avaliando as possibilidades de eventuais perdas. A Companhia não espera perdas relevantes, e entende ser desnecessária a constituição de provisão para contingências.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 36.464.000 (trinta e seis milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil reais) dividido em 36.464.000 (trinta e seis milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil) ações, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim representado:

Acionista	Quant. Ações	% participação	Valor ações
Loc Participações S.A.	36.464.000	100,00%	36.464.000
	<u>36.464.000</u>	<u>100%</u>	<u>36.464.000</u>

17. Receita operacional líquida

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	2022	2021
Receita de prestação de serviços		
Locação/terceirização de frota	69.053.878	18.393.093
Gestão de frotas	6.443.884	1.259.144
	<u>75.497.762</u>	<u>19.652.237</u>
(-) Deduções da receita		
COFINS sobre locação/terceirização de frota	(5.790.534)	(375.026)
PIS sobre locação/terceirização de frota	(1.252.700)	(77.194)
	<u>(7.043.234)</u>	<u>(452.220)</u>
Receita líquida total	<u>68.454.528</u>	<u>19.200.017</u>

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Custos dos serviços prestados e venda da frota

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2022	2021
Depreciação	(2.223.519)	(14.426.518)
Peças e consumo	(5.491.496)	(1.507.049)
Manutenção de veículos/equipamentos	(2.006.220)	(523.729)
Frete e carretos	(1.252.490)	(458.188)
Seguros de veículos	(818.771)	(87.896)
Combustíveis	(671.732)	(404.182)
Serviços de terceiros contratados	(318.185)	(486.695)
Rastreadores e telemetria	(314.506)	(304.281)
Outros custos	(231.083)	(179.683)
	<u>(13.328.002)</u>	<u>(18.378.221)</u>

19. Despesas com pessoal

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2022	2021
Salários e ordenados	(562.160)	(147.387)
INSS e FGTS sobre folha	(330.952)	(78.062)
Ticket refeição/alimentação	(250.854)	(14.927)
Provisão de férias, 13º salários e encargos	(87.823)	(25.919)
Aviso prévio	(69.249)	(7.600)
Vale transportes / transporte de empregados	(43.184)	(18.955)
Assistência médica	(43.096)	(5.506)
Outros	(9.902)	(32.458)
	<u>(1.397.220)</u>	<u>(330.814)</u>

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Despesas administrativas e gerais

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2022	2021
Custo na venda de ativo imobilizado	(1.946.267)	(117.952)
IPVA	(1.796.908)	(814.816)
IOF - IOC	(366.864)	(1.297.761)
Serviços de informática	(312.542)	(59.535)
Cursos e Treinamentos	(287.056)	(13.440)
Serviços de terceiros	(272.083)	(111.266)
Honorários advocatícios e contábeis	(86.437)	(76.803)
Impostos e taxas diversas	(193.402)	(702.964)
Multas Indedutíveis	(190.258)	(1.280)
Licença de uso de portais de compras	(165.337)	(391)
Seguro de bens e veículos	(20.002)	(39.737)
Materiais auxiliares e de consumo	(14.957)	(77.612)
Aluguel e condomínio	(7.254)	(108.199)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(1.726)	(71.940)
Combustíveis e lubrificantes	(406)	(43.112)
Outras despesas gerais e administrativas	(974.404)	(400.803)
	<u>(6.635.903)</u>	<u>(3.937.611)</u>

21. Receitas/(despesas) financeiras líquidas

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2022	2021
Receitas financeiras decorrentes de:		
Rendimento aplicações financeiras	1.919.221	1.922.449
Juros ativos	166.076	2.102
Descontos obtidos	39.834	27.497
	<u>2.125.131</u>	<u>1.952.048</u>
Despesas financeiras decorrentes de:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(19.896.865)	(5.980.276)
Tarifas e despesas bancárias	(266.389)	(137.082)
Multas	(4.522)	(16.239)
Outras despesas financeiras	(893.975)	(661.544)
	<u>(21.061.751)</u>	<u>(6.795.141)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(18.936.620)</u>	<u>(4.843.093)</u>

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2022	2021
Imposto de Renda/IRPJ - Diferido	(9.634.437)	-
Contribuição Social/CSLL - Diferido	(3.468.397)	-
	<u>(13.102.834)</u>	<u>-</u>

O imposto de renda e a contribuição social do exercício diferidos são referentes as diferenças de taxas de depreciação societária *versus* fiscal e são calculados com base nas alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

23. Demonstração do cálculo do EBITDA

	2022	2021
Receita operacional líquida		
Receita de serviços	68.454.528	19.200.017
	<u>68.454.528</u>	<u>19.200.017</u>
Custos operacionais		
Custo dos serviços prestados	(11.104.483)	(3.951.703)
	<u>(11.104.483)</u>	<u>(3.951.703)</u>
 Lucro bruto vinculado a margem de contribuição	 57.350.045	 15.248.314
 Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	(1.397.220)	(330.814)
Despesas administrativas e gerais	(6.635.903)	(3.903.220)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	4.449.068	202.793
	<u>(3.584.055)</u>	<u>(4.031.241)</u>
 Ebtida - R\$	 53.765.990	 11.217.073
 % EBITDA - Margem	 79%	 58%
 Receitas e despesas financeiras, líquidas	 (18.936.620)	 (4.843.093)
Depreciações e amortizações	(2.223.519)	(14.460.909)
	<u>32.605.851</u>	<u>(8.086.929)</u>
 Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	 32.605.851	 (8.086.929)
 Provisão para Imposto de renda e contribuição social diferidos	 (13.102.834)	 -
 Resultado líquido do exercício	 <u>19.503.017</u>	 <u>(8.086.929)</u>

24. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2022, e a administração desses instrumentos são efetuadas através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Gerenciamento de riscos

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos descritos a seguir:

Risco de crédito

A política de vendas de serviços da Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Diretoria e visa minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A provisão para redução ao valor de realização de créditos de clientes (quando aplicável) é realizada por meio da análise individual, considerando como base inicial o critério fiscal. Aplicado o critério fiscal, é extraída uma base de dados com os clientes pendentes de recebimento, sendo esta levada à análise do departamento de cobrança. Somente os clientes com baixa probabilidade de recebimento são provisionados e destes, somente os títulos que atendem aos quesitos fiscais para aproveitamento destas despesas são deduzidos da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Risco de liquidez

A Diretoria da Companhia gerencia os riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações associadas a passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, sempre que possível, o planejamento para atender a estas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco.

Risco de mercado

Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços serviços ofertados pela Companhia, assim como em taxas de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Diretoria é gerenciar e controlar a exposição da Companhia aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios.

Riscos operacionais

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Companhia, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação da Sociedade, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Alta Administração da Companhia, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

25. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que a Diretoria considera suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Eventos subsequentes

1ª Emissão de Debêntures – 2ª Série

O valor total da Emissão é de R\$ 35.000.000 (trinta e cinco milhões de reais), sendo R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) no âmbito da primeira série e integralizadas e R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) no âmbito da segunda série integralizadas em 20/01/2023.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo do Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado mensalmente, a partir do 6º mês (inclusive) contado da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de fevereiro de 2023, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses subsequentes, até a data de vencimento.

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus Assessores Jurídicos Internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por seus Assessores Jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Não ocorreram outros eventos subsequentes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis que pudessem alterar as posições contábeis do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

FELIPE LUZ DOS
SANTOS
PEREIRA:1103960164
2

Assinado de forma digital por
FELIPE LUZ DOS SANTOS
PEREIRA:11039601642
Dados: 2023.03.31 16:57:21
-03'00'

Felipe Luz dos Santos Pereira
Diretor

MARCIO DE SOUZA
E
SILVA:69829527620

Assinado de forma digital por
MARCIO DE SOUZA E
SILVA:69829527620
Dados: 2023.03.31 16:46:11 -03'00'

Márcio de Souza e Silva
Contador CRC/MG 055019/O-0